

Contas públicas Boa parte do aumento do espaço para gastar no ano que vem foi consumida por despesas obrigatórias, como a Previdência

Orçamento prevê despesa maior e Bolsa Família sem reajuste

Lu Aíko Otta, Jéssica Sant'Ana, Guilherme Pimenta e Estevão Taíar De Brasília

Em sua estreia, o novo arcabouço fiscal permitiu ao governo elaborar o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2024 prevendo crescimento real de 1,7% nas despesas, um aumento de R\$ 129 bilhões, e alta dos investimentos públicos. Mas o incremento não será suficiente para evitar que a maior parte dos ministérios fique com seus gastos não obrigatórios no mesmo nível deste ano. O texto também não prevê reajuste para os salários dos servidores. A proposta tampouco contempla eventuais novas correções da tabela do Imposto de Renda (IR). Por outro lado, estima desembolsos de R\$ 37,6 bilhões com emendas parlamentares impositivas, uma alta em relação ao previsto para este ano. O salário mínimo proposto é de R\$ 1.421.

Boa parte do aumento do espaço para gastar foi consumida por despesas obrigatórias, como a Previdência. A volta de pisos constitucionais para saúde e educação — que haviam sido extintos pelo teto de gastos — também pressionou as contas. No caso da saúde, os gastos mínimos avançaram 303% sobre este ano, passando de R\$ 168,1 bilhões para R\$ 218,4 bilhões. Para a educação, o piso cresceu 85%, de R\$ 99,9 bi-

lhões para R\$ 108,4 bilhões.

Além disso, a margem foi impactada pelo piso de investimentos, outra novidade do arcabouço. Para 2024, o mínimo foi fixado em R\$ 68,5 bilhões, mas o valor no PLOA ficou um pouco superior: R\$ 69,7 bilhões.

"Hoje não temos, à luz do cumprimento da meta fiscal zero, condições de ampliar as discricionárias de 2023 para 2024, salvo os pisos constitucionais", disse a ministra do Planejamento, Simone Tebet.

Com todos esses "engessamentos" as despesas discricionárias (não obrigatórias) do governo federal crescerão R\$ 18 bilhões, para R\$ 211,9 bilhões. Mas, descontado o piso para investimentos, o plano para saúde e educação, emendas parlamentares impositivas e outras despesas, a parcela manobrável do Orçamento ficou em cerca de R\$ 55 bilhões.

Por causa do período em que é calculada a inflação que corrige o limite de gastos, o PLOA contém R\$ 32,4 bilhões em despesas condicionadas. Serão executadas mediante crédito adicional, a depender do comportamento da inflação no segundo semestre deste ano. Segundo o secretário de Orçamento Federal, Paulo Bijos, entre essas despesas estão R\$ 21 bilhões do Bolsa Família. O secretário informou que o

novo marco fiscal prevê, se for necessário, a abertura de um potencial crédito de R\$ 15 bilhões para contemplar despesas que não foram incluídas agora na peça orçamentária.

É o caso, por exemplo, do reajuste para servidores. Nesta semana, o Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos chegou a divulgar comunicado em que afirmava que o Orçamento de 2024 apresentaria R\$ 1,5 bilhão para reajuste linear de 1%, mas a previsão não consta do projeto. Segundo Bijos, "foi decidido que não era no PLOA a hora de discutir reajuste" salarial.

O texto foi enviado ao Congresso no mesmo dia em que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) sancionou o arcabouço fiscal e vetou dois trechos da nova lei. Um deles bloqueava a possibilidade de excluir despesas do cálculo da meta fiscal na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). A mudança foi mal recebida por analistas do mercado, que viram na medida brecha para flexibilizar a meta.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que a decisão de vetar os trechos foi técnica.

A proposta enviada ao Congresso confirma o objetivo do governo de zerar o déficit primário no ano que vem e prevê um ligeiro superávit, de R\$ 2,8 bilhões, o que em proporção do Produto Interno Bruto



Fernando Haddad e Simone Tebet: maior parte dos ministérios não terá mudança em gasto não obrigatório

Orçamento 2024

Principais pontos da proposta

Projeções	
Receita total	R\$ 2.709 tri
Despesa total	R\$ 2.188 tri
Despesas discricionárias	R\$ 211,9 bi
Resultado primário	2,94 bi
Crescimento da despesa	1,70%
Bolsa Família	R\$ 169,5 bi
Piso de saúde	R\$ 218,4 bi
Piso de educação	R\$ 108,4 bi

Parâmetros

PIB real	2,30%
PIB nominal	R\$ 11,42 tri
IJPC	3,30%
IJPC	3,03%
Salic média	9,80%
Massa salarial nominal (variação)	5,7%
Preço médio do petróleo	US\$ 73,9
Câmbio	R\$ 5,02
Salário mínimo	R\$ 1.421

Fonte: Ministérios do Planejamento e Orçamento e de Fazenda

(PIB) é próximo de zero. O resultado é apoiado em um pacote que incrementará as receitas no ano que vem em R\$ 168,5 bilhões.

Parte dessas medidas foi enviada ontem ao Congresso. O principal ganho vem da recuperação de créditos junto ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), que, combinado com um novo programa de transações, gera ganho estimado em R\$ 97,9 bilhões, segundo a mensagem do Executivo enviada ao Congresso. Desses, a volta do voto de qualidade traria R\$ 54,7 bilhões, e as transações, R\$ 43,3 bilhões.

Estão em tramitação no Legislativo outras medidas que compõem o pacote: a regulamentação da decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) sobre o impacto de benefícios fiscais estaduais na base de cálculo dos tributos federais, a cobrança do Imposto de Renda sobre fundos exclusivos e fundos "offshore", o fim da dedutibilidade dos Juros sobre o Capital Próprio (JCP) e a regulamentação das apostas online.

A efetividade das medidas é ponto de dúvida de especialistas. "Não estamos negando o desafio", disse Haddad. "Estamos afirmando o compromisso em obter o melhor resultado possível."

Além do pacote tributário, há outros elementos que podem ajudar a alcançar a meta de déficit zero. O resultado é calculado considerando que a totalidade das despesas autorizadas é realizada, mas não é isso que ocorre, explicou o secretário do Tesouro, Rogério Ceron. Historicamente, há um "empocamento" de recursos da ordem de R\$ 22 bilhões ao ano. Além disso, existem medidas não incluídas no PLOA que podem ajudar a arrecadação, como a nova lei de preços de transferência, que pode render R\$ 20 bilhões. O secretário mencionou ainda a possibilidade de se obter R\$ 30 bilhões a R\$ 50 bilhões com alienação de ativos e recebíveis.

O governo projeta alta do PIB de 2,3% em 2024, cerca de 1 ponto percentual acima da mediana divulgada pelo Boletim Focus.

Veículo: Impreso -> Jornal -> Jornal Valor Econômico - São Paulo/SP

Seção: Brasil **Caderno:** A **Página:** 10